



PROGRAMA DE GOVERNO DO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
2019-2022

Romário Faria

# Programa de Governo 2019-2022

## Romário Faria

<b>PRINCÍPIOS GERAIS</b>	.....	<b>02</b>
<b>DIAGNÓSTICO DO QUADRO ATUAL</b>	.....	<b>04</b>
<b>CONTAS PÚBLICAS</b>	.....	<b>07</b>
<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO</b>	.....	<b>13</b>
<b>DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO</b>	.....	<b>16</b>
<b>INFRAESTRUTURA</b>	.....	<b>21</b>
<b>INSERÇÃO INTERNACIONAL</b>	.....	<b>25</b>
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	.....	<b>28</b>
<b>SAÚDE</b>	.....	<b>32</b>
<b>EDUCAÇÃO</b>	.....	<b>35</b>
<b>CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO</b>	.....	<b>39</b>
<b>ESPORTES NAS ESCOLAS</b>	.....	<b>42</b>
<b>DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA</b>	.....	<b>44</b>
<b>CULTURA</b>	.....	<b>46</b>

## **PRINCÍPIOS GERAIS**

**Este plano de governo tem por objetivo não apenas cumprir o que rege a legislação eleitoral para efeito de registro de candidatura, conforme consubstanciado no artigo 11, § 1º, inciso IX, da Lei 9.504/97, mas também ser de fato um dos instrumentos através do qual pretendo expor à sociedade fluminense meus compromissos, convicções e alternativas possíveis para o resgate do estado do RJ desta atual situação, agonizante e sem diretrizes.**

**A plataforma apresentada busca produzir um retrato dos principais desafios e propostas para solução dos problemas do estado, sem desviar para caminhos mais fáceis e confortáveis e que iludiriam o cidadão do estado do Rio de Janeiro. A situação é muito delicada em vários aspectos, não apenas na segurança pública, mas também nas áreas de saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia, saneamento básico, sustentabilidade ambiental, transportes, habitação, dentre outras. De fato, a crise financeira afetou todas as áreas.**

**Não se deve e não iremos enganar as pessoas de qualquer modo, inclusive através da corrupção de princípios e valores ético-morais. A corrupção, o corporativismo, o fisiologismo e as relações controversas entres os setores público e privado, assim como as relações de lealdade e não técnicas, de interesse comum na administração pública, têm deturpado a boa política e limitado a capacidade plena de atuação da democracia e de relações republicanas no Brasil e, particularmente, no estado do RJ.**

**Meu projeto de governo é de completa e irreversível mudança, de substituição desse sistema incompetente e corrupto que se instalou em diversos cantos do país. Citando o filósofo e economista britânico Adam Smith, “a riqueza de uma nação se mede pela riqueza do povo e não pela riqueza de seus príncipes”. O fim de privilégios e ineficiências no estado do Rio de Janeiro será não apenas um compromisso do meu governo, será uma obsessão.**

**A execução de políticas públicas no meu governo terá como valor central a garantia e o avanço da qualidade e da eficiência do gasto público. Não é mais possível admitir qualquer desperdício de dinheiro do contribuinte. A incompetência e a irresponsabilidade dos governos anteriores eliminou a capacidade fiscal do estado de executar políticas meritórias e necessárias para a sociedade.**

**Nesse sentido, é fundamental reiterar que os princípios gerais e diretrizes do meu plano de governo pautar-se-ão por critérios de resultado, eficiência e efetividade. Para tanto, uma visão integrada e cruzada das intersecções das diversas políticas públicas é um requisito básico. É preciso superar a limitada visão compartimentalizada dos programas e ações das secretarias de governo, cuja execução de políticas públicas funciona, na esmagadora maioria dos casos, como ilhas isoladas e sem comunicação e eficiência.**

**Transparência e participação popular serão palavras de ordem. Comprometimento e acompanhamento público permanente de metas e indicadores referentes aos temas que mais afetam a população. A comunicação deve ser clara e objetiva. A participação da sociedade é fundamental para a virada do Rio.**

**A adoção de um novo arranjo institucional e de governança nos permitirá atingir resultados não apenas mais rápidos como melhores e mais baratos. Com isso, será possível ampliar a capacidade de resposta, de identificação e solução dos problemas por parte dos gestores públicos, garantindo assim avanços concretos no estado do RJ e maior retorno dos onerosos tributos pagos pelos cidadãos.**

## **DIAGNÓSTICO DO QUADRO ATUAL**

**O Rio de Janeiro passa pela pior crise da sua história. Temos mais de um milhão de desempregados, recorde de fechamento de empresas, e um estado falido que vê a violência chegar em níveis insustentáveis. Portanto, temos três grandes desafios: reduzir a violência, ajustar as contas públicas e gerar empregos.**

**O enfrentamento da violência é urgente. Precisamos agir com inteligência e com base em tecnologia, bem como ampliar o olhar sobre a segurança, encarando-a como um problema social. Isso passa pela integração da Secretaria de Segurança com as demais secretarias.**

**O problema fiscal é enorme. A dívida do estado explodiu nos últimos anos, ultrapassou o limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e já é quase três vezes maior que toda a receita arrecadada pelo estado.**

**A recessão que vimos no Brasil nos últimos anos atingiu em cheio os setores mais fortes da economia fluminense: petróleo, construção civil e automotivo. Isso derrubou a arrecadação de royalties e as receitas de ICMS. Sem contar o fim das receitas extraordinárias de empréstimos e transferências do governo federal em função das obras da Copa e das Olimpíadas. Essas receitas inflaram o orçamento do estado e por alguns anos esconderam o descontrole dos gastos públicos.**

**A verdade é que a crise já estava contratada e era inclusive esperada pelos que lá estavam. Era uma questão de tempo, bastava as receitas extraordinárias acabarem para vermos que o cobertor era muito curto. A despesa com pessoal do estado ultrapassou 72% da receita no ano passado, muito acima do limite de 60% da Lei de Responsabilidade Fiscal; só o déficit da previdência estadual consome mais de 20% do orçamento, sugando recursos que poderiam atender outras áreas fundamentais.**

**As contas do estado entraram em colapso. Os servidores chegaram a quatro**

**meses de salários atrasados, e os investimentos públicos caíram para um terço do que eram um ano antes. Isso impactou ainda mais a construção civil, via mercado imobiliário e de obras de infraestrutura, e também o setor de serviços. No Rio de Janeiro a queda desses setores foi duas vezes maior que a do Brasil. E como são grandes empregadores, isso explica porque fomos o estado que mais fechou postos de trabalho em todo o Brasil, mais de meio milhão de pessoas perderam o emprego no estado nos últimos três anos.**

**Foi esse ciclo vicioso que nos colocou na situação que estamos hoje, por isso a crise foi mais forte no Rio do que no Brasil.**

**Precisamos reverter essa realidade. E só vamos conseguir isso com políticas e pessoas diferentes daquelas que governaram o estado nos últimos 16 anos.**

**O ajuste fiscal precisa ser duro, especialmente no primeiro ano. Precisamos ter coragem para encarar as reformas estruturais. A questão previdenciária e o inchaço do estado principalmente. Novos empréstimos significam cavar ainda mais o buraco, é isso que o atual governo vem fazendo.**

**Em termos de receita, precisamos discutir no Congresso Nacional um Modelo federativo mais justo. A taxaço do petróleo apenas no destino reduz muito a capacidade de arrecadação do estado que produz praticamente 80% do petróleo brasileiro. Mas também precisamos discutir o Rio além do petróleo. Nossa economia e nossas receitas não podem depender mais apenas disso. As energias renováveis já são uma realidade, todos sabemos que o mercado de petróleo vai entrar em decadência nos próximos anos.**

**Mas como podemos fazer essa virada da economia do Estado? Fazendo com que o Rio lidere no Brasil a revolução tecnológica pela qual o mundo está passando. O mundo será outro já na próxima década e precisamos começar a nos preparar para isso agora. Drones, inteligência artificial, medicina moderna. Tecnologias que podem alavancar nossa economia e inclusive melhorar a prestação de serviços públicos à população. Por que então não podemos pensar**

**em atrair esse que é um dos mercados de maior crescimento hoje? Ou vamos deixar nossos jovens talentos fugirem para outros países e até mesmo para outros estados?**

**O Rio tem total condições de virar esse jogo. Para isso precisamos explorar nossas três grandes forças: visibilidade global, centro logístico estratégico e alta concentração de capital humano.**

**O Rio é um dos lugares mais famosos do mundo, isso precisa ser usado para atrairmos parcerias internacionais em todas as áreas.**

**Em um raio de 500 km temos acesso a 50% do PIB do Brasil, e com nossa estrutura portuária podemos ser um dos grandes hubs do mundo. Podemos ser, por exemplo, o que a Holanda sempre foi para a Europa. Se não bastasse temos universidades de ponta e concentração muito elevada de mestres e doutores - a área da saúde talvez seja o maior exemplo nesse sentido. Precisamos reforçar essa potencialidade através da parceria com a iniciativa privada na realização de novos investimentos.**

**A virada na economia e nas contas públicas é condição necessária para garantir a boa prestação dos serviços públicos, bem como abrir espaço no orçamento para a execução dos necessários investimentos. Não há espaço para grandes promessas, primeiro é preciso arrumar a casa. Só assim será possível termos serviços e investimentos públicos nas áreas cruciais à população do estado do Rio de Janeiro.**

## **CONTAS PÚBLICAS**

### **Diagnóstico**

**O problema fiscal é enorme. A dívida do estado explodiu nos últimos anos, ultrapassou o limite definido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e já é quase três vezes maior que toda a receita arrecadada pelo estado.**

**A forte crise econômica que abateu o Estado do Rio de Janeiro não se deveu somente à queda nos royalties do petróleo, ou pela redução da atividade econômica. Há décadas os governos que se sucederam mostraram-se incapazes de gerir adequadamente o Estado: desestruturação do sistema de controle; falta de fiscalização das receitas e despesas públicas; concessões de benefícios fiscais sem critérios de adesão e avaliação de resultados, dentre outros fatores, evidenciam essa realidade.**

**O erário público foi dilapidado. Em consequência, a saúde encontra-se deteriorada, o ensino e a segurança pública em situação precária. O Estado do Rio de Janeiro encontra-se praticamente falido. Reverter este quadro torna-se, portanto, crucial. É preciso estancar a corrupção e a má gestão administrativa, bem como resgatar os princípios de responsabilidade fiscal. Só assim o governo será capaz de realocar estes recursos para o atendimento das necessidades mais urgentes da população do nosso estado e recuperar a sua credibilidade.**

### **Propostas**

**Diagnóstico e Estratégia. Realizar auditoria das contas públicas, fazendo um minucioso levantamento sobre a realidade financeira e a capacidade do estado de realizar investimentos. Apresentar os resultados de forma pública e com total transparência, para que a população tenha ciência da real situação em que se encontram as contas públicas, bem como traçar um plano gerencial, com cronograma de ações, também a ser disponibilizado de forma pública e**



**transparente, para que o povo fluminense não só o acompanhe, mas também cobre e participe de suas ações.**

**Transparência e Accountability. Comprometimento e acompanhamento público permanente de metas e indicadores referentes aos temas que mais afetam a população. A comunicação deve ser clara e objetiva. A participação da sociedade é fundamental para a racionalização do uso dos recursos públicos. A origem dos recursos públicos são os impostos. A alocação dos recursos deve ser uma decisão de sociedade, e não definida em gabinete. Quanto maior a legitimidade do governo na aplicação dos recursos públicos e a transparência da gestão, maior é o cumprimento das obrigações fiscais e menor é o custo de coleta e fiscalização para o fisco.**

**Lei de Responsabilidade Estadual – LRF-RJ. Apresentar projeto à Assembleia Legislativa definindo parâmetros e regras intergeracionais de responsabilidade fiscal, estabelecendo a integração formal do fisco com a execução orçamentária, assim como separando as receitas de royalties e participações especiais dos resultados fiscais ordinários do estado. As despesas do Rioprevidência não devem mais estar vinculadas às receitas de royalties e participações especiais. É preciso dar fim a esta prática de vender o futuro para pagar o passado, e que escondeu por muitos anos o descontrole dos gastos públicos. A lei deve ser desenhada para o estado do Rio de Janeiro, à luz de iniciativas exitosas em outros estados e municípios do Brasil e de outros países.**

**Sistema de Custos e Programa Desperdício zero. Implementar um sistema de custos na administração pública estadual e elaborar um conjunto de ações que tenham como objetivo maximizar o uso dos recursos disponíveis. Há amplo espaço para ganhos de eficiência na utilização de recursos, em todas as áreas. Além disso, em épocas de crise, os gastos públicos devem ser reduzidos. Entretanto, como inexistente um sistema de custos, a saída é cortar linearmente os gastos, atingindo indistintamente tanto os gastos prioritários, com os de menor relevância, muitas vezes com graves consequências sociais.**

**Órgãos de Controle. Fortalecer a atuação da recém-criada Controladoria Geral do estado como órgão de assessoria ao governador em matérias relacionadas ao controle e eficiência dos recursos públicos. Assim, será possível implementar no estado boas práticas de gestão, bem como a adoção de ações preventivas que evitem o mau uso dos recursos públicos. Também é importante buscar controles externos, complementares à estrutura do estado e importantes na retomada da credibilidade.**

**Fiscalização e Repactuação de Contratos e Convênios. Verificar se os contratos e convênios assinados pelo governo do estado estão sendo executados dentro da legalidade. Além disso, essa fiscalização deve utilizar como métricas os conceitos de eficácia, eficiência e economicidade, de forma a assegurar que os recursos públicos estão sendo bem utilizados para prestação de serviços de qualidade à sociedade.**

**Auditoria na folha de pessoal. Realizar auditorias na folha de pessoal, com objetivo de identificar a ocorrência de irregularidades no pagamento de salários e benefícios, bem como investigar a existência de “funcionários fantasmas”.**

**Reforma Tributária. Defender junto ao Congresso Nacional a aprovação de uma reforma que simplifique, torne o sistema tributário mais justo, e que corrija distorções na distribuição dos recursos federativos. O estado do Rio de Janeiro não pode ser prejudicado com a exceção de que o petróleo seja um dos únicos bens taxados no destino e não na origem. Dessa forma, o Estado não arrecada ICMS por produzir mais de 70% do petróleo e gás brasileiro. A discussão em torno do passivo da União com os estados referente à Lei Kandir é outro tema fundamental.**

**Incentivos Fiscais: definir uma política de desenvolvimento, com critérios pré-estabelecidos de concessão de benefícios fiscais, baseada nas potencialidades setoriais e regionais do estado, sempre levando em consideração a competitividade em relação aos principais estados concorrentes. Os incentivos são um necessário instrumento de atração de investimentos e geração de**

**empregos, mas devem ser usados de forma estratégica, de forma a evitar o efeito colateral de corrosão das receitas. O bom incentivo é aquele que gera emprego e renda, bem como receita extra ao estado. A transparência total também é necessária, assim como a cobrança por resultados.**

**Parcerias Público Privadas, Concessões, Venda de Ativos. Ampliar a participação do setor privado nos investimentos é a forma mais rápida para reaquecer a economia estadual, gerar empregos e aumentar a arrecadação. O estado do Rio de Janeiro precisa lançar mão de um amplo programa de privatizações, concessões e venda de ativos. Há oportunidades em muitas áreas.**

**Dívida ativa. Mesmo sendo superior a R\$ 70 bilhões, o estado recuperou algo próximo de 0% da sua dívida ativa em 2017. Quatro devem ser as ações principais para isso:**

- a) Realizar um estudo da composição dos valores inscritos em dívida ativa, para então elaborar meios de estimular o recebimento destes créditos, privilegiando aqueles que sejam mais factíveis de serem recuperados pelo estado;**
- b) Aprimorar ou criar procedimento fiscal por parte do contribuinte antes da execução fiscal ou do protesto cartorial;**
- c) Modernizar o sistema da dívida ativa, integrando os sistemas envolvidos na Procuradoria Geral do Estado e Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento;**
- d) Estabelecer parceria com o Tribunal de Justiça do Estado com o objetivo de agilizar o tratamento da cobrança da dívida ativa estadual. Isso inclui convênios para protesto das certidões de dívida ativa, conciliação judicial e penhora física e online dos débitos executados;**
- e) Propor a securitização da dívida ativa do estado.**

**Legislação Tributária Estadual. Propor à Assembleia Legislativa um projeto de aperfeiçoamento da legislação tributária do estado do Rio de Janeiro, a ser pensado por um grupo de especialistas do governo e do setor privado. Propomos também estabelecimento de novas práticas – transparentes e mais avançadas – para reduzir o custo de cumprimento das obrigações fiscais para os**

**contribuintes, e para atrair e desenvolver novos negócios no estado. Isso passa por simplificação dos processos do fisco estadual e implementação de novas ferramentas.**

**Higienização do Cadastro de Contribuintes. Buscar convênio com SPC/SERASA, e também com representações empresariais, a fim de higienizar todo o cadastro de contribuintes do estado e evitar perda de receita em decorrência da ausência de dados atualizados. Tais convênios resultarão em maior eficácia na recuperação de crédito tributário pelo estado, o que, por consequência, aumentará a receita estadual.**

**Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal – RRF. Apesar de não ser suficiente, a permanência no RRF é necessária ao reequilíbrio das contas públicas estaduais. O Rio de Janeiro precisa da suspensão do pagamento dos juros e amortizações da dívida com o governo federal, assim como dos empréstimos concedidos com o aval da União. Mas isso não resolve os problemas estruturais do estado, ou seja, não evita que uma crise como esta abata novamente o Rio de Janeiro, em um horizonte de tempo não muito distante.**

**Renegociação e Troca da Dívida. Em parceria com outros estados, propor ao governo federal revisão do estoque da dívida e dos prazos de pagamento. A renegociação feita em 1997 resultou em um elevado acúmulo de resíduos para os estados cujos estoques da dívida eram elevados à época, este era o caso do Rio de Janeiro. Nesses estados, a dívida se tornou impagável nesse formato estabelecido há mais de três décadas. Outra alternativa é a troca da dívida ou de parte dela. A reconstrução da credibilidade da política fiscal abrirá espaço para captações com custos mais baixos do que os atuais, seja no setor privado ou em instituições multilaterais.**

**Restos a Pagar. Em caráter emergencial, reequilibrar a relação entre recursos e obrigações de curto prazo e limitar a inscrição de restos a pagar sem cobertura de caixa. Isso só será possível com o aprimoramento do processo de**

**planejamento e orçamento. O colapso na prestação de serviços públicos essenciais decorre de graves problemas de liquidez por conta do uso excessivo de restos a pagar sem cobertura de caixa.**

**Despesas de Exercícios Anteriores. Realizar auditoria nas despesas para as quais não foram comprometidas a respectiva dotação orçamentária na época própria, a fim de comprovar a efetividade do material, da prestação do serviço ou medição da obra.**

**Gastos de Pessoal e Regra de Ouro. Definir metas anuais para a relação despesa de pessoal/receita, de forma a recolocar o estado dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Depois, estabelecer uma regra de ouro: qualquer aumento de despesa de pessoal deve estar condicionado ao incremento equivalente em receitas de caráter permanente. É preciso blindar o estado da possibilidade de voltar a não pagar os servidores. Receitas de curto prazo e voláteis não podem continuar sendo a fonte de financiamento de uma despesa com crescimento vegetativo.**

**Reforma da Previdência. O equilíbrio da previdência é condição necessária à sustentabilidade fiscal não só do Rio de Janeiro, como também de todos os outros estados, dos municípios, e da própria União. A reforma em discussão no Congresso Nacional deve incluir os servidores estaduais, caso contrário o déficit seguirá em trajetória explosiva. O fim dos privilégios deve ser o grande objetivo.**

**Previdência Estadual. Aprovada a reforma federal, propor uma reforma dos parâmetros previdenciários e de pagamento de benefícios estaduais.**

## **PLANEJAMENTO E GESTÃO**

### **Diagnóstico**

**Os países com maior desenvolvimento econômico e qualidade de vida do mundo criaram sua dinâmica de desenvolvimento através de um comprometimento integral com uma gestão profissionalizada, estratégica e atrelada às escolas científicas, profissionais, técnicas e superiores. A concepção de Estado como prestador de serviços públicos vinculados às necessidades dos usuários, inclusive no desenho dos processos e serviços, já é uma realidade na União Europeia e nos EUA.**

**O Governo do estado do Rio de Janeiro, ao contrário, tem se mantido totalmente alijado de uma proposta de gestão profissional que se mune de técnicas de governança pública efetivas. Apesar de um alto potencial universitário e de fundações de pesquisa e consultoria de destaque na área pública, o estado enfrenta a maior crise política e de gestão de sua história.**

**Acreditamos que podemos recuperar a autoestima da população através de um trabalho de gestão profissional. Planejar, controlar, avaliar, integrar e coordenar políticas públicas; estabelecer indicadores de desempenho para medir os resultados efetivos de execuções orçamentárias; criar interfaces e comunicação com a sociedade para entender e atender às demandas da população; direcionar, executar programas e ações seguidos de mensuração e avaliação de resultados em acordo com indicadores de desempenho pactuados.**

**A valorização das pessoas e de suas capacidades como servidores públicos, atrelada à participação da sociedade, deve se consolidar como eixo central de gestão. O conjunto das propostas apresentadas na área de gestão trabalha a partir desse enfoque para que o estado do Rio de Janeiro possa se recompor em todas as suas funções e segmentos.**

## **Propostas**

**Valorização do servidor público. Quatro são as ações principais: a) Pagamento da Folha de Pessoal sem atrasos. b) Criação de um banco de talentos que permita alocação dos servidores de acordo com suas competências para desenvolver determinada tarefa. O objetivo é aumentar o engajamento dos servidores, melhorar a qualidade do serviço, bem como reduzir a contratação de terceirizados e de consultorias; c) Levantamento das necessidades de atualização e desenvolvimento dos servidores, promovendo a participação em cursos, treinamentos, seminários e outros eventos de capacitação de recursos humanos.**

**Capacitação em Gestão. Fomentar dentro das universidades, em especial as universidades estaduais, a criação de cursos de treinamento e capacitação para os diversos níveis e especialidades da gestão pública estadual e municipal.**

**Avaliação e Monitoramento de Resultados. Criar, de forma participativa com os agentes envolvidos, indicadores de desempenho e de avaliação com monitoramento e retroalimentação dos programas e ações de governo. O objetivo é mensurar as ações de governo em termos de retorno para a sociedade.**

**Compras Públicas. Ampliar as compras via pregão eletrônico e criar um sistema estadual de gestão de contratações apoiado no binômio gestão de preços/gestão de qualidade. O objetivo é comparar preços praticados em todos os municípios do estado e avaliar a adequação da quantidade comprada e respectivos preços, evitando-se, com isso, sobrepreços e desperdícios do dinheiro público. Os princípios norteadores da Administração Pública, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência encontram-se bem tipificados na modalidade de licitação do pregão eletrônico. Tal modalidade, além de dar segurança e celeridade ao processo, coíbe a corrupção e melhora a qualidade dos produtos e/ou serviços contratados.**

**Estrutura Administrativa.** Realizar uma avaliação de toda a estrutura da Administração Direta (secretarias) e Indireta (Órgãos e Departamentos) como o fito de aprimorar a gestão, reduzindo ou aglutinando setores, de modo a reduzir custos e aprimorar os serviços à população dispendidos, de forma desburocratizada, rápida e efetiva em toda esfera estadual. Não se trata apenas de redução do número de secretarias, mas sim da efetiva redução de gastos. O objetivo é cortar extracargos e comissionados, com foco nas autarquias, empresas públicas e fundações.

**Serviços Públicos Digitais.** Criar um portal de atendimento e um aplicativo que torne acessível ao cidadão todos os serviços do estado que não precisem da presença física do indivíduo e que permita o agendamento dos serviços que exijam a presença física, informando todo o necessário para tornar o atendimento célere e efetivo.

**Planejamento Regional.** Criar grupos de capacitação em gestão pública que atendam as diversas regiões do estado e aos municípios, combinando ensino a distância (EAD) e núcleos presenciais, usando a infraestrutura já existente nas universidades estaduais. Buscar parcerias com a iniciativa privada.

**Sistema de Gestão Integrada.** Desenvolver um sistema de informações estratégicas, gerenciais e operacional integrado e padronizado para todas as secretarias.



## **DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**Desde 2014 a economia vem perdendo cerca de 100 mil postos de trabalho por ano, correspondente a uma taxa de desemprego de 16%, o que significa mais de um milhão de desempregados nos últimos anos. Um em cada cinco novos desempregados está no estado do Rio de Janeiro, os piores indicadores de emprego de todo o país. Ao contrário da tendência de recuperação da economia brasileira verificada nos anos de 2017 e 2018, a economia fluminense parece ainda não ter chegado ao fundo do poço, continuando em retração até o presente.**

**Essa conjuntura negativa agrava situações estruturais e de longo prazo vigentes na economia fluminense, como a excessiva dependência do setor de petróleo e gás ou a presença superficial nas cadeias produtivas, nacionais ou globais, uma vez que seus principais setores produtivos se concentram nos segmentos terminais das cadeias de valor, fator que, entre outros, provoca uma baixa geração de valor agregado e de postos de trabalho.**

**Em tal contexto, clama-se por ações coletivas, sejam elas governamentais e privadas, que contribuam para reativar a atividade econômica do estado, ao mesmo tempo em que recuperem níveis mínimos de qualidade de vida, e tudo isto sem hipotecar as condições de sustentabilidade.**

**Elemento fundamental para a elevação do crescimento econômico, e de seus efeitos correlatos, como aumento do emprego e da renda, a produtividade pode ser emulada na economia por ações em 3 áreas prioritárias: inserção internacional, pesquisa em inovação e melhoria do ambiente de negócios.**

**O governo deve implementar medidas, de ordem tributária, logística e regulatória para ampliar e melhorar a integração das empresas sediadas no estado com as cadeias globais de valor. A integração com parceiros e competidores internacionais representa um estímulo para a melhoria da competitividade e para a convergência de práticas e fatores produtivos, como**

**tecnologias, processos, conceitos, entre outros. Ao mesmo tempo o governo deve estimular a melhoria da qualidade no posicionamento destas cadeias globais, incentivando a migração para posições superiores que pressuponham maior valor agregado e maior utilização de mão-de-obra.**

**Um dos elementos detonadores da crise atual na economia fluminense pode ser atribuído à excessiva dependência do setor de petróleo e gás e dos segmentos de outros setores prestadores de serviço. Em situações assim, são menores os moduladores de tendências, acentuando-se os seus efeitos positivos ou negativos. Nesse sentido, a economia fluminense precisa se reinventar, e abrir condições para o desenvolvimento de outros setores, diversificando a economia.**

**O futuro da economia do Rio de Janeiro está em liderar no Brasil a revolução científica em curso no mundo. No final da próxima década os processos de produção e consumo, assim como as relações de trabalho, já serão completamente diferente dos atuais. O Rio tem visibilidade global, é um centro logístico estratégico e tem alta concentração de capital humano. O potencial da indústria criativa fluminense já é maior do Brasil, mas precisa ser ainda mais explorado.**

**Poucos lugares do mundo têm a visibilidade do Rio de Janeiro. As atrações turísticas do estado conseguem atrair a atenção de todo o planeta, gerando milhões de vistas anualmente, gerando receitas significativas, tanto para seus operadores quanto para os cofres do Estado, através da tributação. O setor do turismo no estado tem grande potencial de contribuição para geração de receitas, empregos, rendas e arrecadação e, assim, funcionar como um polo de contribuição para a superação da crise que assola o estado.**

**Entretanto, apesar do enorme potencial de desenvolvimento, o setor turístico vem perdendo espaço. Comparando o total do movimento da alta estação, entre janeiro e abril, o movimento de 2017 registra uma queda de R\$ 320 milhões nas receitas, em comparação com o mesmo período de 2016, o que corresponde a uma perda de 42%, de acordo com dados de estudo da**

**Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Entre os fatores que podem explicar esta retração, estão o aumento da violência e a deterioração dos investimentos em infraestrutura, além da recessão econômica e o desemprego, que desaquece o turismo interno.**

### **Propostas**

**Investimentos e Empregos. Lançaremos um programa que viabilize a atração de investimentos e a geração de empregos em curto prazo, buscando reabrir os postos fechados no estado do Rio ao longo dos últimos quatro anos. Partiremos da realização de estudos que identifiquem as oportunidades de atrações de negócios, da implementação de uma política de incentivos fiscais com transparência e eficiência e da oferta de suporte aos municípios para desenvolvimento de projetos que contribuam para o desenvolvimento econômico local.**

**Ambiente de negócios. Busca permanente pela melhoria da segurança patrimonial e individual e da segurança jurídica, a simplificação de procedimentos regulatórios e burocráticos, especialmente aqueles que facilitem a criação de novas empresas e da formalização de negócios, a racionalização de regras tributárias, a diminuição dos custos de transação, de comunicação e de aquisição de informação para o empreendedor, a ampliação do acesso à internet, a facilitação do acesso ao crédito e a fontes de investimento, e a melhoria da inserção na economia internacional, seja para a obtenção de parcerias internacionais como para as exportações, aproximando as empresas sediadas no estado das oportunidades internacionais, aproveitando o diferencial competitivo de um importante corredor logístico no estado, que é o terceiro maior polo exportador do país.**

**Empregabilidade. Estabelecer parcerias com a iniciativa privada para capacitação e requalificação, para otimizar a intermediação com empresas e o gerenciamento de vagas disponíveis, ou ainda através do encaminhamento, apoio e orientação ao postulante, como iniciativas de “coaching”, de facilitação**

**da documentação do trabalhador. Todos esses serviços podem ser também oferecidos através de postos móveis no interior.**

**Micro e Pequenas Empresas (PME). Desenhar políticas de simplificação burocrática, tanto do registro de criação como dos processos tributários, incentivando a formalização de atividades.**

**Financiamento e relacionamento com investidores. Tornar a Companhia de Desenvolvimento Industrial - Codin e a AgeRio de fato em instituições capazes de atrair investimentos para o estado do Rio, em especial para os distritos industriais já delimitados, ampliando as oportunidades de geração de emprego e renda para além da capital.**

**Plano Estratégico do Turismo. Mapear e planejar o desenvolvimento das potencialidades turísticas locais, nas diferentes regiões do estado, baseado em pesquisas e levantamentos coordenador pelo governo estadual, com foco prioritário nas áreas de elevada sazonalidade, e ajudando a entender a potencialidade de cada uma das regiões, podem gerar elevados retornos para as economias locais.**

**Conselhos de Desenvolvimento Regional. Criar e liderar conselhos de desenvolvimento em todas as regiões do estado, compostos por representantes do governo do estado, das prefeituras, das empresas e da sociedade civil organizada, e que terão como objetivo principal sugerir políticas públicas que ensejem a atração de investimentos e o desenvolvimento local. É preciso aumentar o grau de conexão da população fluminense com o governo do estado, a partir da reconstrução dos laços de confiança entre a sociedade e o poder público. Romper o isolacionismo do setor público, através da aproximação com a academia e representantes da sociedade civil organizada será fundamental para a retomada do processo de desenvolvimento socioeconômico do estado do Rio de Janeiro.**

**Oferta de Empregos e Serviços. Planejar a alocação de empresas e a oferta de serviços, de forma a reduzir a concentração na capital e espalhar o desenvolvimento no interior. A má distribuição da oferta de empregos, e de serviços como saúde, lazer, justiça, entre outros resultam em grande necessidade de deslocamento diários, sobrecarregando o sistema de transportes.**

**Hub Aeroportuário. Articular junto às principais operadoras e empresas aéreas para que o Rio volte a ser o principal hub do Brasil.**

## **INFRAESTRUTURA**

### **Diagnóstico**

**O estado do Rio de Janeiro possui posição geográfica estratégica na logística de cargas brasileira, sendo eixo de ligação entre o sul/sudeste e o nordeste do país. Quatro das mais importantes rodovias federais do Brasil, que movimentam grande parte da produção nacional, cortam o território fluminense: BR-040 (Rio-Minas Gerais), BR-101 (Rio-São Paulo e Rio-Campos), BR-116 (Rio-São Paulo e Rio-Teresópolis) e BR-393 (Rodovia do Aço). Apesar desse potencial logístico, 47% de suas vias apresentam estado regular, ruim ou péssimo, segundo estudo da CNT, o que impacta diretamente a competitividade fluminense. O grande volume de investimentos necessário para mudar esse quadro, dentro do atual quadro de crise fiscal, deve vir prioritariamente de projetos de concessões e parcerias públicos-privadas.**

**A malha ferroviária de cargas fluminense hoje em dia é limitada às ferrovias Centro-Atlântica e Minas-Rio-São Paulo, com conexões apenas com o Porto do Rio de Janeiro e com o Complexo Portuário da Baía de Sepetiba. Apesar de se tratar de concessão federal, para a construção da EF-118, que ligará as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Vitória, com integração com o complexo portuário do Açu, em São João da Barra.**

**No que diz respeito à mobilidade urbana, o trabalhador do estado do Rio de Janeiro é o que despende maior tempo no deslocamento casa-trabalho. Diariamente, em média, são gastos mais de quatro horas, sobretudo em deslocamentos por transportes públicos. Na região metropolitana, a malha de transportes é bastante diversificada, contando com os modais rodoviário, ferroviário e hidroviário. Contudo, a sua abrangência e eficiência ainda são bastante limitadas.**

**Para melhoria da mobilidade urbana e da qualidade de vida da população do estado do Rio de Janeiro, serão priorizados a ampliação das linhas hidroviárias**

**na região da Baía de Guanabara, conectando outros municípios como São Gonçalo e Duque de Caxias ao centro do Rio de Janeiro e maior fiscalização dos serviços de transporte concedidos no estado, de trem, metrô e barcas, afim de garantir a melhoria da oferta do serviço público.**

**A oferta de saneamento básico no estado do Rio é outro grande desafio. Mais de 1 milhão de pessoas ainda não tem acesso ao serviço de abastecimento de água; mais de 5 milhões de pessoas não possuem em suas casas serviço de coleta de esgoto; e do esgoto produzido, 2/3 ainda são despejados in natura em rios e mares. Essa falta de serviço público é observada tanto na região metropolitana quanto no interior do estado.**

**A gestão eficiente do saneamento básico é essencial para o desenvolvimento econômico, tendo em vista seus impactos à saúde dos habitantes, ao meio ambiente e à realização de atividades produtivas.**

### **Propostas**

**Rodovias federais já concedidas. Acompanhamento permanente do processo de licitação dos trechos com vencimento de contrato em 2021, como a BR-040, BR-116 - Presidente Dutra, BR-116 –Rio de Janeiro-Teresópolis-Além Paraíba e BR-393 – Rodovia do Aço. Nessas vias, importante que o novo concessionário realize obras estratégicas, como a conclusão da duplicação da BR-101-Norte e a construção do Contorno de Campos; a duplicação da BR-393; a construção dos novos acessos da Ponte Rio-Niterói (alça da Linha Vermelha e Avenida Portuária); a construção das novas pistas das serras de Petrópolis (BR-040) e das Araras (BR-116); e do contorno de Nova Friburgo (BR-116).**

**Rodovias Estaduais. Realizar estudo de viabilidade de concessão de rodovias estaduais, em dois lotes: rodovias do interior e metropolitanas;**

**Ferrovias. Apesar de se tratarem de concessões federais, conceberemos esforços, em articulação com a EPL – Empresa de Planejamento e Logística S.A.,**

**afim de, no momento de renovação desses contratos, atrair investimentos para o Rio de Janeiro, sobretudo, para a construção da EF-118, que ligará as regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e de Vitória, com integração com o complexo portuário do Açú, em São João da Barra.**

**Energia. Desenvolver a cadeia produtiva da indústria solar no estado, elevando a capacidade de aquisição dos equipamentos pelos consumidores industriais e residenciais. A microgeração solar participa com apenas 6% capacidade instalada de microgeração do país.**

**Linhas hidroviárias. Ampliar através de concessões à iniciativa privada linhas hidroviárias na região da Baía de Guanabara, conectando por exemplo municípios como São Gonçalo e Duque de Caxias e o aeroporto do Galeão ao centro do Rio de Janeiro. Apesar do potencial existente, sobretudo na Baía de Guanabara, o estado conta com apenas seis linhas de passageiros em operação (quatro na Baía de Guanabara e duas na Baía da Ilha Grande).**

**Planos Regionais de Mobilidade Urbana. Construir um planejamento intermunicipal de mobilidade, que considere as condições de deslocamento de maneira integrada em vez de isolada. Boa parte dos municípios fluminenses estão com plano desatualizado ou sequer o elaboraram.**

**Metrô Linha 4. Avaliar a possibilidade de retomada das obras do traçado em curso da Linha 4 desenvolvido pelo governo estadual, via Ipanema-Leblon-Jardim Oceânico e construir o trajeto original da Linha 4, com estações em Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Gávea, São Conrado e Jardim Oceânico, na Barra. É importante a busca de parcerias para esse financiamento.**

**Saneamento básico. Propor as mudanças de regulação necessárias para que o governo do estado possa liderar junto aos municípios fluminenses um amplo programa de concessões na área de saneamento. Diante da necessidade de melhoria dos serviços e da crise fiscal, essa é a única forma de avançar.**



**Baía de Guanabara. Retomar o programa de despoluição, buscando parceria com os municípios, especialmente na questão do lixo, e com a iniciativa privada.**

## **INSERÇÃO INTERNACIONAL**

### **Diagnóstico**

**A atuação internacional de forma independente dos governos estaduais em relação aos órgãos diplomáticos nacionais, ligados aos governos centrais é uma tendência que tem se popularizado e é identificada pelos nomes de “diplomacia federativa”, “política externa federativa”, “diplomacia subnacional”, ou ainda, “paradiplomacia”.**

**No Rio de Janeiro, o órgão do governo estadual especializado na gestão das relações com parceiros internacionais, estabelecido em 2007, é a Subsecretaria de Relações Internacionais, vinculada à Casa Civil. Trata-se de uma entidade em sintonia com muitas iniciativas semelhantes ao redor do mundo. Também nos acordos do Mercosul, existe o “Fórum Consultivo de Municípios, Estados, Departamentos e Províncias”, organismo institucional para a coordenação da cooperação regional direta entre governos locais. E igualmente no Brasil, pois já são 9 governos estaduais e cerca de 40 municípios que contam com um órgão especializado na política externa federativa.**

**No caso do Estado do Rio de Janeiro, a Sub-Secretaria de RI tem o desafio de assumir uma atitude menos passiva, acostumada ao fluxo constante de demandas externas no período pré-crise, como também para vencer a crise de imagem e de legitimidade do governo estadual.**

**Pela sua importância econômica e cultural, e ainda pela sua visibilidade internacional, o estado do Rio de Janeiro demanda, mais do que nunca, uma política sistemática e ativa de inserção internacional, uma política protagonista, capaz de potencializar oportunidades importantes para a aceleração do desenvolvimento social, cultural e econômico do estado.**

**Sobre esse assunto, as principais iniciativas de promoção do governo devem procurar ampliar a capacidade de negociação e intermediação internacionais da administração estadual, facilitar a interação com parceiros estrangeiros**

**das secretarias e órgãos da administração do Estado, promover acesso à informação, tecnologias, conhecimento e recursos no exterior; devem, enfim, coordenar e proporcionar coerência entre as diferentes iniciativas internacionais no seio da administração estadual. Tais iniciativas podem ser agrupadas em 5 áreas prioritárias:**

### **Propostas**

**Promoção de investimentos. Ampliar a captação de investimentos para a economia local, através de iniciativas (locais e externas) de promoção, junto a empresas, câmaras de comércio, associações patronais, divulgando as oportunidades do espaço econômico fluminense e as condições favoráveis do “doing business” fluminense;**

**Estímulo às Exportações. Ampliar a promoção das exportações de empresas sediadas no Estado, através da participação em feiras e eventos internacionais e através da prospecção e divulgação de inteligência de mercado. O mundo hoje cresce mais do que o Brasil, o que torna o mercado internacional uma fonte para a retomada do crescimento e da geração de empregos;**

**Financiamento Internacional. Ampliar a captação de financiamento internacional (“fund raising”) para projetos governamentais e parcerias, junto a bancos de desenvolvimento, agências de cooperação e de fomento, organizações internacionais,**

**Cooperação técnica internacional. Promover o intercâmbio técnico e tecnológico nas diversas áreas das políticas públicas, promovendo a troca de experiências e melhores práticas com outros órgãos da administração pública local ou com organizações internacionais;**

**Cidadania internacional. Promover e facilitar as relações do governo estadual com a sociedade civil internacional e suas instituições, como redes, coletivos, fóruns, organizações (ONGs);**

**Relações institucionais. Principais medidas: a) intermediar e facilitar a relação dos órgãos da administração estadual com a imprensa internacional, com seus correspondentes locais, e com outros formadores de opinião; b) ampliar a capacidade de gestão de imagem e de opinião pública internacional; c) ampliar as relações políticas internacionais, no intuito de consolidar a legitimidade do governo local; d) ampliar o relacionamento com os credores internacionais, e também com as agências de classificação de risco; e) aproveitar a imagem internacional do governador.**

## **SEGURANÇA PÚBLICA**

### **Diagnóstico**

**A Segurança Pública é um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, conforme dispõe o art. 144 da constituição Federal. O cenário atual de segurança pública do estado do Rio de Janeiro apresenta aspectos positivos que devem ser potencializados, mas também apresenta barreiras legais que limitam a atuação. Qualquer promessa de aumento dos investimentos em segurança pública na condição atual é uma promessa vazia, tendo em vista a vigência do acordo de Recuperação Fiscal – Projeto de Lei Complementar nº 42/2017 – Estabelece normas e diretrizes fiscais no âmbito do regime de recuperação fiscal do Estado do Rio de Janeiro e a Lei de Teto de Gastos – Lei 13.587/2018.**

**Contudo, estas restrições não significam que não podemos melhorar a segurança pública. Nas crises também surgem janelas de oportunidades. A transformação de cenário começa com a adoção de uma gestão que trabalhe com eficiência, otimização de recursos, realinhamento de processos e motivação.**

**A segurança pública é resultado de diversos fatores atuando em conjunto. Por isso não se faz segurança sem integração. É preciso fortalecer as políticas de direitos humanos para todos; investir em educação e urbanização; potencializar a vocação dos esportes, utilizando o legado olímpico; fomentar o turismo, através da garantia de acesso seguro a todo o território estadual e reestabelecer a dignidade humana e a vida em sociedade com políticas de assistência social. Nenhuma dessas ações é possível sem um planejamento e uma gestão integrada, que pense em soluções inovadoras e criativas.**

### **Propostas**

**Planejamento. Confeção de um Planejamento Estratégico Integrado para curto, médio e longo prazos, com realinhamento periódico (4, 8 e 24 anos).**

**Comunicação. Criação de um Canal Interativo com a população, e divulgação real dos números por Município e Bairro, apresentando uma gestão transparente;**

**UPPs. Reduzir a concentração de policiais das UPPs, repensando o modelo de pacificação e aumentar o patrulhamento ostensivo, de forma a reduzir os crimes de rua. Implantaremos um novo conceito de ocupação com base em tecnologia e controle da informação.**

**Corregedoria. Implementar carreira própria, fortalecendo o órgão e protegendo seus ocupantes.**

**Acompanhamento. Emissão de Relatórios Bimestrais com o Status Report de cada Plano de Ação executado pelos membros do Comitê.**

**Integração. Unificação de Recursos Humanos, Logísticos e Tecnológicos.**

**Estratégia. Reestruturação das unidades Policiais (Batalhões e Delegacias) e redistribuição do efetivo policial.**

**Otimização. Unificação e Redução da parte administrativa dos batalhões/delegacias, tornando-os totalmente operacionais.**

**Modernização. Reaparelhamento Científico e Tecnológico, para auxílio no combate à criminalidade.**

**Otimização. Criação de Quadro Apoio Especializado, reduzindo a utilização de Policiais em atividade administrativas.**

**Mapeamento Administrativo. Revisão dos Processos Organizacionais das Corporações.**

**Valorização. Implementação de Políticas de Valorização Profissional.**

**Inovação. Implementação de Programa de Mudança de imagem institucional.**

**União de Forças. Implementação do Conceito de RISP – Região Integrada de Segurança Pública, envolvendo as Forças Federais, Estaduais e Municipais (Comando, Controle e Monitoramento).**

**Cooperação. Cooperação técnica com a utilização do Sistema Integrado de Radiocomunicação entre as forças federais, estaduais e municipais de segurança e defesa civil.**

**Comunicação. Criação do Comitê de Segurança Pública com uma maior participação dos municípios. Base de dados única para os membros do Comitê;**

**Educação. Padronização na Formação Profissional – “Academia de Segurança Pública”.**

**Comunicação com a população. Propor e interfacear reuniões bimestrais, até diminuir o índice de criminalidade, entre o Comitê de Segurança Pública e os Conselhos Comunitários dos Municípios e Associação de Moradores.**

**Engajamento. Desenvolver Planos de Trabalho com o maior engajamento da sociedade civil, garantindo o enfrentamento da violência, contudo de forma a proteger a vida dos cidadãos.**

**Formação cidadã. Reformulação da matriz curricular da formação policial, com aperfeiçoamento dos cursos com foco no atendimento humanizado, e principalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade.**

**Capacitação. Tornar obrigatórios os cursos de aprendizagem continuada ao longo da carreira para os agentes.**

**Proximidade. Desenvolver com o Comitê e seus membros a Difusão do Enfrentamento da Violência contra a Mulher e dos grupos mais vulneráveis, através de cursos e workshops, bem como a mediação de conflitos nas Comunidades, criando uma Rede de Proteção.**

**Integração de Sistemas. Integração dos Sistemas de Videomonitoramento dos Municípios participantes do Comitê de Segurança Estadual.**

**Inteligência. Fortalecer as ações de Inteligência, principalmente no combate ao Crime Organizado.**

**Fiscalização. Criação de um Grupo Independente com a missão Correcional, com engajamento de Órgãos que possam Apoiar e Cooperar com as investigações internas e externas.**

**Reinvestimento. Utilização dos Recursos Financeiros apreendidos em Programas de Reparcelamento das Instituições Policiais e Projetos de Transformação Social.**

**Cooperação. Desenvolver e atuar em conjunto com as demais Secretarias de Governo nos Programas Sociais.**



## **SAÚDE**

### **Diagnóstico**

**A degradação da qualidade dos serviços de saúde prestados à população é um dos aspectos mais preocupantes da realidade social fluminense. Não há uma efetiva política estadual de saúde, como não há uma política nacional de saúde.**

**A omissão do estado em sua função de fiscalização e vigilância sanitária gerou escândalos como o que ocasionou a morte de idosos por desnutrição e maus tratos e de recém-nascidos nas UTIs, o descontrole das doenças transmissíveis, a distribuição de medicamentos e a emissão de laudos laboratoriais falsificados.**

**Nosso compromisso é fazer com que o governo assuma efetivamente o comando do sistema estadual de saúde, como preceitua a constituição, a fim de organizar, articular e fiscalizar todos os serviços de saúde, públicos e privados, atendendo, de fato, as necessidades da população fluminense.**

**Nesse caminho buscaremos nossos parceiros, em particular os municípios, através das secretarias e conselhos municipais de saúde, de forma a desenvolver planos regionais de saúde e aos quais prestaremos apoio técnico e administrativo. O Conselho Estadual de Saúde, esvaziado no atual governo, será fortalecido para assumir seu papel estratégico de deliberação e integração da política estadual de saúde.**

**Buscando maior equidade, vamos estender o programa de médico de família a todo o estado e introduzir o cartão saúde, para que a população possa se fazer utilizar de seus direitos e o sistema de informação de saúde contribua para o melhor atendimento e distribuição de recursos. O investimento em atenção básica evita que o paciente chegue à alta complexidade, exigindo portanto um volume menor de recursos.**

### **Propostas**

**Financiamento. Reestabelecer o nível de participação do orçamento da secretaria estadual de saúde para os níveis legais previstos. Nos últimos dez anos o estado destinou à secretaria de saúde um percentual de seu orçamento abaixo do estipulado pelo SUS, o que prejudicou severamente a prestação de serviços à população.**

**Consórcios municipais de saúde. Estruturar e liderar consórcios entre municípios, sob a ótica de políticas regionais de saúde, inclusive a possibilidade de compras coletivas, de forma a reduzir custos. A desintegração das redes de saúde do estado e dos municípios resulta em desperdício de recursos, bem como em uma distribuição dos serviços de saúde, especialmente os de alta complexidade, desconectada com as necessidades da sociedade.**

**Emergências. Reabertura das emergências de grandes hospitais estaduais que atualmente encontram-se fechadas ou com séria restrição ao atendimento, como hospital estadual Azevedo Lima e hospital universitário Pedro Ernesto.**

**Compras centralizadas. Criação de central única de cotação e compras de materiais médicos, insumos, medicamentos hospitalares e OPME (órtese, prótese e materiais especiais), que será diretamente subordinada ao secretário de saúde, onde cada item a ser comprado pelo governo do estado seja obrigatoriamente cotado em diversos estados a fim de reduzir o custo operacional da saúde pública. Essa central será a responsável por abastecer todas as unidades de saúde, sejam UPAs ou hospitais. Tal medida trará em caráter imediato uma imperiosa redução do custo operacional da prestação dos serviços de saúde e cessará o desperdício com mau uso do dinheiro público e com a corrupção. Além disso, ampliar a utilização do Instituto Vital Brasil para produção de medicamentos cujas patentes já estejam quebradas, de forma a reduzir o custo de aquisição para o estado.**

**Cirurgias Eletivas. Realizar esforço concentrado nos hospitais da rede estadual, a fim de se reduzir as filas de espera por cirurgias eletivas, que atualmente**

**ultrapassam dois anos, como mutirão de cirurgias de hérnia inguinal, mutirão de vesícula, dentre outras.**

**Central de Atendimento das UPAs (CAUPAS). Estruturar um canal único onde todas as informações serão disponibilizadas em tempo real, com atualizações sobre o quadro de profissionais de saúde, especialidades disponíveis, disponibilidades de exames, tempo de espera em cada unidade. O objetivo é desafogar as unidades de maior demanda e direcionar pacientes para as unidades de menor movimento. Além disso, criar um banco de dados único para toda a rede estadual de saúde, viabilizando o acesso através de um aplicativo gratuito para aparelhos celulares, contendo todo o histórico (prontuário) do paciente.**

**Centro de Imagens. Abrir um centro de imagem na baixada fluminense, em parceria com os municípios e com a iniciativa privada.**

## **EDUCAÇÃO**

### **Diagnóstico**

**O país gasta 6% do PIB em educação, montante superior aos 5,5% do PIB verificado na média dos países da OCDE. O artigo 212 da Constituição Federal do Brasil (CF88) determina que a União deva aplicar 18% de sua receita líquida de impostos em educação<sup>1</sup>, seguida de 25% por parte dos estados e municípios. Não obstante a vinculação constitucional de recursos, a qualidade da Educação no país e no estado do RJ é baixa e deixa muito a desejar, em particular quando comparada com outros países e estados. Na rede estadual de ensino do RJ, a situação não é muito diferente.**

**De acordo com dados do Censo da Educação Básica de 2017, divulgado pelo MEC, parte majoritária dos alunos estão matriculados em escolas públicas. No ensino médio, houve queda no número de matrículas de 2,5% em 2017 em relação ao ano anterior e, dos quase 8 milhões de alunos, 85% estudam em escolas estaduais. Além da evasão escolar elevada, dados do Censo apontam a necessidade de melhorar a qualidade e aperfeiçoamento dos professores.**

**Em relação ao ensino em tempo integral, em 2017, havia apenas 8,4% dos alunos matriculados, indicador não muito distante das matrículas de ensino médio integrado ao ensino profissional, que ficaram praticamente estagnadas em torno de 7%. Dados do Censo revelam ainda que mais da metade das escolas não possuem laboratório de informática e mais de 45% não têm biblioteca ou sala de leitura. O quadro geral na Educação do país e do estado do Rio de Janeiro em particular é, portanto, calamitoso e muito aquém do necessário para ampliação do crescimento econômico e da *renda per capita*.**

**A qualidade da educação é o vetor mais importante para o desenvolvimento do estado e do país, cuja produtividade da mão-de-obra e renda é o reflexo da falta de prioridade histórica dos governos. Na medida em que as pessoas de menor renda são as maiores demandantes dos serviços públicos ofertados pelo**

**estado, particularmente a Educação (e, também, a Saúde, o Saneamento, o Transporte e a Segurança), priorizar a melhoria da qualidade da educação é também uma política social que reduz o elevado hiato de oportunidade entre as classes sociais.**

**A velocidade do envelhecimento populacional, além do impacto no número de matrículas, faz com que haja maior gasto por estudante sem, todavia, promover elevação equivalente na qualidade do ensino. Para reverter essa triste realidade e promover melhorias concretas na qualidade da educação do estado, é fundamental melhorar a razão aluno por professor, reciclar e aprimorar a formação do professor através de cursos online, mestrado e doutorado, reduzir a evasão escolar e os elevados índices de reprovação de alunos.**

**Na mesma direção, é igualmente necessário implementar “laboratórios de inovação” na gestão educacional através da aplicação do modelo de escolas *charter*, a exemplo de experiências bem sucedidas a nível global e, localmente, do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA).**

**Em relação à educação de jovens e adultos (EJA), é importante aprimorar a rede de cooperação entre o estado e a iniciativa privada, inclusive através de convênios e de parcerias com as associações de bairro, centros comunitários e religiosos. A integração de atividades educacionais, culturais e profissionalizantes é ainda primordial para uma adequada e completa formação do cidadão fluminense.**

**No tocante à educação especial, é fundamental dar apoio às instituições para uma atuação integrada e inclusiva, fortalecendo a elaboração de projetos de pesquisa e cursos relacionados à formação docente e às práticas pedagógicas.**

**A construção de parcerias entre o setor público e o privado (inclusive universidades e instituições do terceiro setor) deve ser uma política prioritária não apenas para a educação especial, mas também para o ensino técnico profissionalizante. O programa jovem ou menor aprendiz deve ser focalizado e**

**integrado com outras políticas, a exemplo da gestão das políticas sociais, na medida em que há notável intersecção e potencial de ganho de eficiência e efetividade na gestão matricial e compartilhada entre elas.**

### **Propostas**

**Tempo Integral. Aumentar gradativamente as escolas de turno integral, no ensino médio;**

**Inclusão. Ampliar programas escolares direcionados aos alunos com altas habilidades e/ou com deficiência, com vistas a fortalecer a escola inclusiva;**

**Aproximação com Mercado de Trabalho. Implantar programa de visitação a empresas de alunos das escolas estaduais de ensino médio, com o intuito de familiarizá-los e prepará-los para o mercado de trabalho;**

**Parceria com Universidades. Oferecer programas em parceria com as universidades estaduais, federais e particulares com o objetivo de capacitar monitores pedagógicos para atuarem nas salas de aula, especialmente naquelas que possuem alunos com deficiência;**

**Formação de Educadores. Fortalecer o programa de formação de educadores, em parcerias com universidades;**

**Família na Escola. Oferecer programas para maior participação da família no ambiente escolar, com vistas à melhoria do processo de aprendizagem;**

**Ensino Técnico e Profissional. Estimular a expansão das modalidades de ensino técnico e profissional (FAETEC), alinhado às necessidades do mercado de trabalho.**

**Jogos Estudantis. Aumentar a participação de alunos em olimpíadas do conhecimento estaduais, nacionais e internacionais;**

**Inovação na Escola. Incentivar projetos tecnológicos e inovadores, criados pelos alunos das escolas estaduais. Buscar parcerias com as empresas.**

**Jovens e Adultos. Ampliar o número de escolas que ofereçam a Educação de Jovens e Adultos (EJA), com garantia da acessibilidade;**

**Regência. Gradativamente, fazer cumprir a carga horária de 1/3 de planejamento dos professores;**

**Educação a distância. Fortalecer a EAD (educação a distância), com ênfase no desenvolvimento de cursos de interesse da comunidade escolar e que atendam ao perfil produtivo das empresas locais;**

## **CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

### **Diagnóstico**

**O Estado do Rio de Janeiro vinha desenvolvendo uma estratégia governamental para a implantação de um conjunto de ações que visavam a transformação da sociedade do Estado em uma sociedade capaz de gerar e distribuir riqueza, por meio da inovação tecnológica. Essas ações, muitas delas determinadas pela lei estadual de inovação, a qual foi elaborada em decorrência da lei federal No 10.973, promulgada em 2 de dezembro de 2004 e regulamentada pelo Decreto 5563, de 11 de outubro de 2005, vêm ao encontro de uma consciência nacional de que as economias e os Estados precisam se adaptar continuamente às demandas de inovações tecnológicas na sociedade e com isso estimular a competitividade das empresas da região.**

**Desde a instalação da crise econômica no Estado, o diagnóstico para a área de C,T&I é de grande preocupação para grande parte da sociedade fluminense, principalmente para os cientistas, pesquisadores e acadêmicos, já que o repasse dos valores previstos na legislação estadual para o fomento às pesquisas e desenvolvimento destas diminuiu drasticamente ocasionando a paralisação de trabalhos de importância para a economia do estado.**

**Além disso, desde a promulgação da lei federal de nº 13243/16, denominada marco legal em C,T&I, o governo estadual não adequou a legislação estadual a esse novo contexto impedindo a execução de diversas ações de desenvolvimento do Estado.**

**A proposição de um plano de desenvolvimento de C,T&I para o estado do Rio de Janeiro é premente, entendendo-se como o único meio de operacionalizar uma política pública para o desenvolvimento econômico que induza à modernização de setores produtivos tradicionais e à criação de empresas de base tecnológica, com foco nos sistemas regionais de inovação e elaborado dentro de uma abordagem sistêmica e estratégica. Esta operacionalização**



**consiste em considerar o setor público parceiro do setor privado, desempenhando um importante papel de catalisador, de articulador, de intermediador, de facilitador e de suporte ao processo de desenvolvimento local.**

**Assim, a parceria público-privado será ratificada através de propostas de projetos cooperativos, detalhados com contrapartida empresarial e contrapartida governamental local. Ao se adotar esse planejamento, a demanda empresarial e/ou as necessidades de negócios, sejam elas latentes ou não, é considerada a mola mestra da dinâmica do processo de inovação, por meio de projetos cooperativos que visem aumentar a produtividade e a qualidade de vida das regiões.**

**A grande vantagem de uma política dessa natureza é a sua aplicabilidade a qualquer região genérica do Estado ou a qualquer setor produtivo, já que os próprios agentes regionais serão os responsáveis pelo processo, em função da estratégia de desenvolvimento regional com base na inovação. Essa estratégia é definida para um local, pelas próprias pessoas que vivem nessa região, envolvendo as universidades, empresas, governos e sociedade civil regional e buscando-se uma resposta dinâmica da comunidade a um plano de ação estabelecido, com visão de curto, médio e longo prazos. Essa metodologia a ser aplicada na construção de um plano de C,T&I favorece a interiorização, o aproveitamento das vocações regionais, das fontes de riqueza naturais e da infraestrutura local de produção de conhecimento.**

### **Propostas**

**Lei estadual de Inovação. Promover parcerias com o sistema federal de ciência, tecnologia e inovação apoiando e adequando a legislação estadual aos marcos do setor no ambiente nacional.**

**Desburocratização. Rever processos e sistemas de licitação, compra e importação de produtos destinados à pesquisa científica e tecnológica no estado, bem como os processos de acesso a recursos para inovação.**

**Empresas de base tecnológica/startups. Fomentar o desenvolvimento e a atração de empresas de base tecnológica/startups no estado do Rio de Janeiro, com impactos positivos sobre a arrecadação no Estado.**

**Educação Superior e Pesquisa Científica. Recuperar a UERJ, a UENF, a UEZO e a FAPERJ, ampliando as fontes alternativas de recursos e oferecendo maior previsibilidade no custeio e financiamento de bolsas de estudo. Integrá-los à gestão do estado, servindo como centros de inteligência.**

**Integração Empresas Universidades. Liderar um processo em que as universidades públicas e empresas privadas do Estado do Rio de Janeiro possam trabalhar de forma muito mais próxima, inserindo tecnologia no parque produtivo do Estado.**

## **ESPORTES NAS ESCOLAS**

### **Diagnóstico**

**A prática esportiva nas escolas, que terá como referência os princípios sócio-educativos, será voltada para complementar a proposta pedagógica e incentivar o desenvolvimento da capacidade psicomotora dos alunos.**

**Entende-se como “esporte escolar” a totalidade das práticas esportivas desenvolvidas na escola, independentemente de a manifestação ser de rendimento, educacional ou de participação, conforme as definições da Lei nº 9.615 de 1998 (Lei Pelé).**

**O esporte no ambiente escolar poderá ter caráter competitivo e se enquadrará, também, nos princípios da inclusão, da participação e do lazer.**

**Os recursos destinados à infraestrutura desportiva necessários ao desporto escolar inserem-se na prioridade de alocação de recursos públicos ao desporto educacional, prevista no art. 217, inciso II da Constituição Federal.**

### **Propostas**

**Integração. As atividades físicas e esportivas nas escolas estaduais do Rio de Janeiro serão desenvolvidas de forma integrada com os projetos afins das secretarias de Educação e da Saúde, com o objetivo de contribuir para a formação do caráter e da cidadania dos jovens e propiciar melhor qualidade de vida aos estudantes.**

**Capacitação. Para suprir as possíveis necessidades de professores de educação física nas escolas públicas serão firmados convênios com as universidades, abrindo espaço para estágios dos formandos.**

**Parcerias. Para suprir a necessidade de instalações esportivas poderão ser firmados convênios pelo estado com clubes sociais e/ou instalações militares.**

**Esporte nas Comunidades. Promover eventos esportivos nas comunidades, a fim de reduzir a vulnerabilidade social das crianças e jovens.**

**Financiamento. Além dos recursos orçamentários, serão adotadas as seguintes providências para cobrir as despesas decorrentes das iniciativas voltadas para as práticas da educação física e desportivas nas escolas:**

- Avaliar o rateio dos recursos da LOTERJ, com vistas ao seu redimensionamento e possibilidade de contemplar programas específicos da proposta de esporte na escola;**
- Avaliar a possibilidade de acesso aos recursos da Lei de Incentivo ao Esporte, com vistas a contemplar projetos para dotar as instituições de ensino com instalações e equipamentos indispensáveis à prática da educação física e do desporto escolar;**
- Reavaliar os repasses financeiros do Ministério do Esporte, através dos percentuais de lei das loterias federais, a fim de destiná-los exclusivamente aos programas de educação física e esporte escolar;**
- Através da Secretaria de Planejamento, elaborar projetos para a captação de recursos da Lei de Incentivo ao Esporte, destinados a equipar as escolas com instalações e equipamentos necessários à prática da educação física e esporte escolar.**

## **DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS DE INCLUSÃO**

### **Diagnóstico**

**Este programa de governo entende os direitos humanos e as políticas de inclusão como transversais a todas as políticas públicas. Este aspecto terá especial atenção em todas as secretarias e ações de governo.**

**Nesse sentido, será sempre buscado o diálogo para que o planejamento e decisões relativas às políticas de Direitos Humanos sejam participativas, de forma a desenvolver políticas de cuidados para infância, pessoas com deficiência e idosos em situação de dependência, assim como políticas de respeito à diversidade religiosa.**

### **Propostas**

**Direitos. Criar, gerir e coordenar as políticas públicas para o setor, em conformidade com os Estatutos e legislações nacionais e internacionais (Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); Estatuto da Pessoa com Deficiência; Estatuto da Pessoa Idosa; Estatuto da Igualdade racial e minorias, o Estatuto da juventude, Lei da Migração e outros), bem como políticas relacionada à diversidade religiosa,**

**Programas. Implantar e/ou expandir programas que visem a defesa dos direitos das pessoas idosas, da juventude, das mulheres, dos negros, dos índios, das pessoas com deficiência, das pessoas com doenças raras, público LGBT e demais minorias que são alvo de discriminação para o exercício de direitos de cidadania;**

**Centro de Referência. Criar, implementar e monitorar o Centro de Referência de pesquisa, diagnóstico e atendimento a doenças raras e pessoas com deficiência, em parceria com órgãos públicos e privados, bem como com as universidades estaduais;**

**Avaliação biopsicossocial. Coordenar experiências para implantação da avaliação biopsicossocial, após regulamentação nacional da Lei 13.146/2015;**

**Esporte Inclusivo. Planejar e executar ações para alavancar o esporte inclusivo e a participação de pessoas com deficiência e doenças raras em eventos esportivos e paraolimpíadas;**

**Observatórios. Criar observatórios para populações-alvo da política dos direitos humanos, a fim de acompanhar o cumprimento da legislação e o respeito aos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, assim como acompanhar as situações de violência contra público LGBT, mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência, pessoas com doenças raras, migrantes, índios, negros e demais grupos em situação de vulnerabilidade;**

## **CULTURA**

### **Diagnóstico**

**O Rio de Janeiro é essencialmente um estado que respira cultura e desde a década de 1920 vem desenvolvendo um papel de protagonismo seja no rádio, no teatro, na televisão, no cinema, nas ruas. Cada qual a seu momento, artistas, produtores e espectadores sempre encontraram no Rio de Janeiro um porto seguro para as artes. Contudo, por ingerência dos últimos governos, o estado do Rio de Janeiro vem perdendo espaço em todos os setores da economia, na cultura não seria diferente. Gradativamente, lugares ligados à arte e à cultura foram fechando suas portas para tristeza do cidadão fluminense. Por outro lado, se um dia, profissionais da cultura vinham ao Rio de Janeiro por entender o nosso estado como a capital cultural do Brasil, hoje muitos desses procuram outros estados.**

**É o momento de o governo do Estado, unir forças, aliar-se aos 92 municípios, ouvir a sociedade civil organizada com uma equipe técnica capacitada, devolver o papel de protagonismo à Cultura do Rio de Janeiro e garantir ao cidadão o direito de acesso à cultura descrito na constituição.**

**A partir de um olhar de que a Secretaria Estadual de Cultura deve incentivar e promover o acesso à cultura, e que o estado do Rio de Janeiro e as atividades culturais desenvolvidas não podem se concentrar somente na capital e na região metropolitana, mas que de forma descentralizada todos os municípios devem ter suas atividades culturais, seus projetos e seu folclore valorizado e incentivado.**

### **Propostas**

**Teatros, bibliotecas e museus. Reabrir diversos desses espaços que foram fechados, estão funcionando parcialmente, ou de forma precária por conta da crise financeira. Vamos buscar parcerias com a iniciativa privada para investimento e manutenção.**

**Cultura nas Comunidades. Promover eventos culturais nas comunidades, a fim de reduzir a vulnerabilidade social das crianças e jovens e descobrir novos talentos.**

**Pensar a cultura nos 92 municípios. Descentralizar o foco da cultura, ampliando atividades e ações aos 92 municípios. Grande parte dos teatros e dos museus pertencentes ao governo do estado está centralizada na capital e na região metropolitana, entregando pouca produção artística à população do interior.**

**Construções históricas e tombadas. A mesma proposta de parceria com a iniciativa privada valerá para as construções históricas do estado, tombadas ou não, que se encontram em péssimo estado de conservação.**

**Criar um calendário de atividades culturais. Ao Carnaval do Rio de Janeiro poderiam somar-se os eventos típicos de outras cidades do estado. O fomento às práticas como Jongo, Folia de Reis, Capoeira, Carnaval, Cavalhadas, artesanatos e outras mais só agregam valores ao Estado, seja com o ganho com turismo, seja com a perpetuação de práticas históricas do nosso povo que são passadas muitas vezes de pais para filhos.**

**Impulsionar a criação de zonas de startup em todo o Estado. Fomentar o surgimento e desenvolvimento de rede de startup em regiões de forma descentralizada, observando a expertise de cada região. Caberá ainda à Secretaria de Estado de Cultura dialogar com as demais secretarias e prefeituras, para estabelecer redes, ampliar as possibilidades, gerar tecnologias, ampliar os serviços nas regiões de cada rede de empresas criativas e atrair novos investidores.**

**Fomento. A Lei 1954/92, Conhecida como Lei do ICMS. Propor um amplo debate com a sociedade civil organizada, conselho de cultura, entidades e empresas para discutir melhorias na legislação a serem enviadas para a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo principal de garantir uma maior participação das empresas contribuintes e aumento da quantidade de projetos executados. O foco deve ser as comunidades e áreas carentes.**



**Transparência. Divulgar todas as etapas de divulgação dos editais públicos da cultura, dando acesso à sociedade civil organizada, os conselhos e os fóruns ligados à arte e à cultura, realizando rodas de conversas e prestando consultoria técnica.**